

Análise multidimensional da pobreza, vulnerabilidade e risco social para famílias de baixa renda do município de Montes Claros (MG)

Luciene Rodrigues¹
Maria Elizete Gonçalves²
Casimiro Marques Balsa³
Gilmara Emília Teixeira⁴

1 Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social /
Departamento de Economia UNIMONTES – Brasil
luciene.rodrigues@pq.cnpq.br

2 Departamento de Economia UNIMONTES – Brasil
Maris.goncalves@unimontes.br

3 Departamento de Sociologia / FCSH- CesNova – UNL
cm.balsa@fcs.unl.pt

4 UNIRIO
Gimaramoc@hotmail.com

Resumo

Entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social, um dos mais importantes é a questão da pobreza e da vulnerabilidade social. O presente artigo analisa o desenho e os processos das Políticas Sociais de combate à pobreza com matricialidade no território e nas famílias, com diversos tipos de arranjos. A partir de uma amostra estratificada para o município de Montes Claros, foi calculado o IDF (Índice de Desenvolvimento Familiar) para mostrar aspectos que dizem respeito ao sistema educacional, mercado de trabalho, distribuição de renda, habitação, saúde e vulnerabilidade social. Aplicou-se a técnica de Análise Fatorial aos dados relacionados ao risco social (prostituição infantil, abuso sexual de menores e de mulheres, violência doméstica, uso de drogas, etc.), para identificar os territórios em que esses riscos são mais evidentes. O universo pesquisado é constituído pelas famílias referenciadas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (fevereiro/2010), que possuem como característica comum a baixa renda. O estudo revela os territórios intra-urbanos mais necessitados de intervenção governamental, tendo em vista a redução da pobreza, da vulnerabilidade e do risco social.

Palavras-chaves: Pobreza, Vulnerabilidade, índice de desenvolvimento familiar, políticas sociais.

Abstract

Among the various problems and critical issues that continue to challenge the policies of social development, one of the most important is the issue of poverty and social vulnerability. This paper examines the design and the processes of social policies to combat poverty with matrix in area and families with various types of arrangements. From a stratified sample for the city of

Montes Claros, we calculate the IDF (Family Development Index) to show aspects related to the educational system, labor market, income distribution, housing, health and social vulnerability. We applied the factor analysis technique to data related to social risk (child prostitution, sexual abuse of minors and women, domestic violence, drug use, etc.), to identify the areas in which these risks are most evident. The universe studied consists of families referenced in the Unified Register of the Ministry of Social Development (February/2010), which have the common characteristic of low income. The study reveals the intra-urban areas most in need of government intervention aimed at reducing poverty, vulnerability and social risk.

Key Words: Poverty, Vulnerability, family development index, Social Policies.

1. Introdução

O Estado de Bem-Estar social proporcionou estabilização no sistema socioeconômico, por meio de melhoria nas condições de vida, acesso aos bens materiais e simbólicos e redução dos conflitos trabalhistas e sociais. O contrato em torno da busca da igualdade foi um projeto político capaz de reequilibrar as esferas econômicas e sociais. No Brasil tem-se um modelo incompleto e tardio, cuja implantação vai ocorrer num período de crise nos países desenvolvidos, de adoção de medidas neoliberais e mudança de concepção de Estado interventor para o Estado social ativo, com processos de descentralização e territorialização das políticas no âmbito local, por meio da ação em Redes. Estas aparecem neste contexto em que o Estado é o promotor e, simultaneamente, ator do processo. As Redes Socioassistenciais são dispositivos de coordenação da intervenção social entre o Estado, os poderes locais e o terceiro setor para o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento social integrado.

No Brasil, a política social tem sido desenhada para a concertação das ações entre os diferentes atores locais e para a otimização dos recursos no território, com base na parceria entre Estado e sociedade civil. A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ocorreu diante da necessidade de políticas inclusivas e de aglutinação de esforços em reação às consequências sociais da adoção de medidas neoliberais pelo Estado brasileiro. O MDS é responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, assistência social e renda de cidadania no país. A Constituição de 1988 estabeleceu o princípio de seguridade social em um tripé formado pela assistência social, saúde e previdência social.

O sistema de proteção social brasileiro foi organizado com base no conceito de seguro, no qual cada benefício decorre de contribuição prévia do cidadão. A partir de 1988, adota-se a política de proteção de base não contributiva, consubstanciada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Nos anos 1990 assiste-se à descentralização das políticas sociais e, mais recentemente, a criação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, cujo objetivo é aglutinar serviços, programas, projetos e benefícios. Os CRAS constituem-se como Unidades Públicas Estatais responsáveis pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Diante deste quadro geral, este artigo busca compreender as mudanças no papel do Estado na sociedade brasileira e dos elementos constitutivos dos processos de intervenção pública voltadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, com ênfase nas desigualdades que conduzem às situações de pobreza e exclusão social. O objetivo geral do trabalho é analisar o

desenho e os processos das Políticas Sociais de combate à pobreza com matricialidade no território e nas famílias, com diversos tipos de arranjos. Especificamente, busca-se (i) compreender, a partir da experiência do município de Montes Claros-MG, como se concretiza o cruzamento de investimentos sociais e as parcerias na ação territorial e; (ii) efetuar um diagnóstico das situações de pobreza, exclusão, vulnerabilidade e risco social territorializado para as regiões intra-urbanas e rural do município.

A partir de uma amostra estratificada para o município de Montes Claros, calculou-se o IDF (Índice de Desenvolvimento Familiar) para cada um dos territórios e para a média do município, para mostrar aspectos que dizem respeito ao sistema educacional, mercado de trabalho, distribuição de renda, habitação, saúde e vulnerabilidade social. No tocante ao acesso a recursos, foi discutida a composição da renda das famílias entre rendas do trabalho e das transferências sociais, observando-se a dependência dos benefícios sociais. Foi feita uma avaliação sobre a capacidade dos Programas de Transferência Direta de Renda em reduzir a pobreza e extrema pobreza. Indicadores relacionados ao risco social e à infraestrutura de cada território foram construídos, por meio da Análise Fatorial. O universo pesquisado é constituído pelas famílias referenciadas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social em fevereiro de 2010, que possuem como característica comum a baixa renda, estando elas em situação de pobreza ou de extrema pobreza e recebendo ou não benefícios sociais.

O texto encontra-se organizado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução; a segunda, o referencial teórico; a terceira, a metodologia de análise e a última; os resultados da pesquisa empírica. O estudo mostra algumas dimensões relacionadas às situações de pobreza e extrema pobreza, desde as questões econômicas de renda, dependência das transferências públicas, efeitos dessas transferências nas situações que pretende mudar; a posição no mercado de trabalho e outras dimensões das condições de vida que fazem parte do Índice de Desenvolvimento Familiar; além da situação territorializada de risco social.

2. Desigualdades, pobreza e vulnerabilidade social

Castel (2006:66) observa que a questão das desigualdades na sociedade industrial se constrói inicialmente no quadro de oposição entre classes antagônicas. Na sociedade salarial que se efetua na Europa ocidental após o fim da II Guerra mundial até meados da década de 1970, assiste-se a certa dissolução da concepção massificada e unificada das classes sociais e da oposição entre elas. Estas transformações não põem em causa a existência de grandes categorias socioprofissionais hierarquizadas cuja interdependência constitui a estrutura da sociedade salarial. Os conflitos sociais e as desigualdades entre os grupos sociais permanecem durante os “anos gloriosos”, mas o crescimento sustentado melhorou a situação de todos, com aumento da produtividade e do rendimento dos assalariados e permitiu uma gestão regulada das desigualdades (Castel, 2006:68). O Estado interveio na negociação coletiva como regulador que tenta consolidar compromissos para a manutenção da coesão social.

A partir de meados dos anos 1980 a problemática clássica com relação às desigualdades agrava-se, e uma nova forma de desigualdade vai chamar a atenção (Castel,2006:69). A massificação do desemprego e precarização das relações de trabalho fazem surgir disparidades enormes no interior das categorias socioprofissionais outrora homogêneas. Tal diferença (empregado estável / empregado com períodos de inatividade) rompe as solidariedades intracategoriais e questiona a pertença coletiva. Diante da competição social, alguns dos membros do grupo se retiram e são como que abandonados a si próprios. A desigualdade se inscreve no seio de um grupo de iguais. Trata-se de processos de individualização, de

descoletivização que afetam a organização do trabalho. É cada vez mais o próprio indivíduo o responsável pela sua relação com o trabalho, devendo gerir sua trajetória profissional num contexto de concorrência exacerbada.

Para o autor, os indivíduos vivem um destino coletivo, dada que a própria desqualificação social é uma dinâmica coletiva. O desemprego e a precariedade são vividos por indivíduos e pela coletividade que exprime o destino comum de alguns grupos sociais (Castel, 2006:73). Ele acredita que uma referência às classes sociais é necessária, caso se queira levar em conta a persistência dos mecanismos de dominação social atuais. A estratificação social continua a determinar amplamente o acesso diferencial aos bens, às posições de prestígio e de poder.

Definir pobre em termos de renda é uma evidência e uma tautologia, que não explica as razões pelas quais ele/ela é pobre, nem a maneira pela qual se poderia superar a situação, isto é, não explica as causas e os efeitos da pobreza e, conseqüentemente, não auxilia a criar políticas sociais para minorar a pobreza. Segundo Bajoit (2006:92) os sociólogos “fotografam” a pobreza a partir de diferentes pontos de vista e distingue quatro leituras (a) o pobre como marginal; (b) o pobre como explorado; (c) o pobre como dependente e; (d) o pobre como desfilhado. À primeira leitura, o pobre como marginal é pobre porque está mal socializado ou socializado numa subcultura diferente daquela da maioria das pessoas e não tem sucesso porque é estigmatizado (Oscar Lewis, Richard Hoggart, G. Simmel). Na segunda, o pobre é pobre porque é explorado pela classe dominante, porque é alienado, pauperizado, excluído pelo funcionamento do capitalismo e não pode ter sucesso porque não é protegido e auxiliado (Jean Labbens, Vercautaren). Na terceira, o pobre como dependente, é pobre porque não tem autonomia e não tem sucesso, porque não tem capital social suficiente (Kliksberg, Tomassini, Putnan). Por último, o pobre é desfilhado, é pobre porque está isolado, atomizado, desestimulado e não tem sucesso porque não participa em formas de solidariedade organizada (R. Castel, S. Paugam).

Para Bajoit (2006:93) estas leituras derivam, implícita ou explicitamente, de duas representações diferentes do contrato social¹ em que a primeira se baseia na ideia de igualdade e uma segunda na ideia de equidade. A legitimidade da igualdade se funda nas necessidades materiais das pessoas. Ter necessidades materiais é a condição que o indivíduo precisa preencher para poder se beneficiar legitimamente da ajuda instituída pela coletividade e que o Estado tem o papel de administrar, foi a concepção que prevaleceu na sociedade industrial, capitalista, socialista ou comunista. No contrato social baseado na ideia de equidade, a condição que o indivíduo deve preencher para ter acesso legítimo ao acesso instituído é o empenho. Ele deve provar não somente que está necessitado e que faz o possível para sair da sua condição de pobre; deve mostrar civismo, autonomia, sentido de responsabilidade, desejo de ser ator, individual ou coletivamente. Com a mutação tecnológica, política, econômica, cultural e social a segunda leitura está a se impor.

Além do contrato social, outra diferença com relação às quatro leituras da pobreza, refere-se às concepções de política social (Bajoit 2006:94). As duas principais tendências nesse sentido são de considerar o pobre como responsável pela sua condição; e, a pobreza como produto do funcionamento do sistema. Na primeira abordagem, ao pobre compete fazer o necessário, com auxílio de pessoal especializado, para resolver seu problema. O funcionamento da sociedade não é questionado. É o pobre quem deve integrar-se nos papéis sociais, interiorizar os valores e as normas e adquirir os recursos necessários para tornar-se autônomo e não precisar mais de ajuda.

¹ Por contrato social o autor entende “ideia que fazemos de uma coletividade a respeito das condições que seus membros devem preencher para que seus interesses sejam reconhecidos como legítimos e possam, portanto, ser levados em consideração pela solidariedade instituída”.

Na segunda abordagem, a pobreza é vista como produto do funcionamento do sistema, em que comporta relações de dominação social que geram desigualdades, desemprego, exclusão, desfiliação. Como consequência, para que o pobre possa vencer sua condição, é necessária assistência indefinidamente ou mudanças no funcionamento da sociedade para inseri-lo na vida ativa. O sistema não se transforma sozinho, sendo preciso movimento social e / ou político.

Para Bajoit (2006:100) todas as leituras são pertinentes. O pobre é ao mesmo tempo marginal, explorado, dependente e desfiliação. O problema é que leituras tomadas separadamente reduzem o pobre a uma única dimensão, revelando parte do que ele é, e escondendo os demais aspectos de sua realidade. Ele conclui que seria importante uma leitura mais complexa e mais ajustada à realidade da pobreza, tal qual é vivida por aqueles que estão hoje nesta condição, de modo a conceber políticas sociais de forma original.

Segundo Abramovay (2000) os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa o fenômeno da pobreza e as diversas modalidades de desvantagem social. Na América Latina, a abordagem analítica da vulnerabilidade social se torna sistemática a partir dos trabalhos de Caroline Moser e seu grupo do Banco Mundial. Em sua pesquisa sobre estratégias de redução da pobreza urbana (1998), Moser ressalta a importância dos ativos das famílias, não se referindo apenas à renda ou posse de bens materiais, o que do ponto de vista da formulação de políticas constituiu uma inovação.

A vulnerabilidade é um conceito que pede recorrência as diversas unidades de análise - indivíduos, domicílios e comunidade, além de recomendar que se identifiquem cenários e contextos (Castro e Abramovay, 2002). O conceito de vulnerabilidade ressalta que os eventos que vulnerabilizam as pessoas são determinados por aspectos de natureza econômica e por outros “fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência) ou vinculadas à violência, [...] a representação política, dentre outros, também afetam as pessoas” (Almeida, 2006).

A vulnerabilidade pode ter uma gradação maior ou menor que predispõe ao risco, e as proteções têm relação direta para compensar. A renda constitui um elemento da vulnerabilidade, junto com outras circunstâncias como idade, sexo, raça/etnia, orientação sexual e outras. O recorte da vulnerabilidade não é apenas o da precariedade, como também da resiliência, da capacidade de agir.

Enquanto por vulnerabilidade entende-se o conjunto de fatores que predispõe as famílias ao risco, por sua vez, o risco é quando o vínculo foi rompido, o direito violado. Pode-se afirmar que o risco social envolve uma situação mais grave que a vulnerabilidade. Está relacionado ao rompimento de direitos como trabalho infantil, abuso sexual de menores, prostituição infantil, prostituição de mulheres, violência doméstica, uso de drogas, homicídios, formação de gangues, embriaguês/ alcoolismo.

3. Dados e metodologias de análise

3.1 Dados

O universo pesquisado é constituído pelas famílias referenciadas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social em fevereiro de 2010, no município de Montes Claros, que possuem como característica comum a baixa renda, estando elas em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Essas famílias são potenciais receptoras dos Programas de transferência de renda não contributiva. Foi utilizada a amostra estratificada, na determinação da quantidade de

questionários a serem aplicados para cada território do CRAS. Do total de famílias cadastradas (40.384), foram entrevistadas 3.216, distribuídas em nove territórios intra-urbanos e um rural.

3.2. O Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF

Na tentativa de superar o reducionismo que perpassa a equiparação das medidas de desenvolvimento social e pobreza com condição monetária, ganha corpo desde a década de 1990 - com a elaboração do IDH - a elaboração de indicadores sintéticos que levam em conta mais dimensões do que a medida de renda. Neste sentido, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF². Na elaboração do IDF são examinadas seis dimensões, 26 componentes e 48 indicadores, sendo que o índice pode variar de 0 (pior situação) a 1 (melhor situação). Com base no texto do IPEA “*O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*”, analisamos cada uma das seis dimensões do IDF, a saber: Ausência de Vulnerabilidade; Acesso ao Conhecimento; Acesso ao Trabalho; Disponibilidade de Recursos; Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais. O interessante do IDF em relação ao IDH – Indicador Sintético mais difundido - é o fato de que o IDF trabalha com seis dimensões de análise, ao invés das três dimensões do IDH, mas, sobretudo que o referido índice pode ser desagregado ao nível de cada família. Ao se enfatizar o controle dessas seis dimensões entende-se que: “cada uma dessas seis dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p.08)

A importância do IDF, para além dos aspectos mencionados, encontra-se no fato de a política social brasileira ter matricialidade nas famílias e no território. A matricialidade familiar ou o encontro da família com a proteção social estatal significa considerá-la enquanto espaço de cuidado, de aportes que precisam ser reforçados por meio de serviços, programas e ações planejadas que desencadeie nas famílias um novo comportamento; que reforce suas capacidades e habilidades e que não se estabeleça apenas nas suas fraquezas perante aquilo que ela deveria ser e não apresenta condições para ser. A Política Nacional de Assistência Social assume a centralidade da família como referência para estruturação de suas ações, compreendendo esta como um espaço privilegiado de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, que deve ser cuidada e protegida.

O território é um instrumento fortalecedor da democratização, que permite o conhecimento objetivo das diferenças de acesso, a partir de condições concretas em que se manifestam as desigualdades. Ao considerar a possibilidade da “gestão territorial como instrumento de democratização é preciso entender o território como um espaço dinâmico de relações onde necessidades e possibilidades se confrontam no cotidiano” (SPOSATI, 2008, p.01). Para um projeto de sociedade democrática, conforme aponta Koga (2003, p. 20) “o território é considerado como um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar políticas públicas”. Essa proposta traz a preocupação com o protagonismo dos moradores, com cidadania, dimensão cultural, e particularidades locais.

3.3. A análise fatorial

Esta técnica de análise, desenvolvida inicialmente em 1904 por Charles Spearman, tenta explicar a variação das “p” variáveis originais X_1, X_2, \dots, X_p , mediante um pequeno número de

² A metodologia para cálculo do IDF é descrita em Barros, Carvalho e Franco (2003).

fatores e elucidar o relacionamento entre estas variáveis. Assume-se que cada variável original é expressa como uma combinação linear desses fatores.

Depois de selecionadas as “p” variáveis com valores para “n” indivíduos, determina-se a matriz de correlação, identificando-se aquelas variáveis que apresentam alta correlação entre si. Os fatores *scores* (parâmetros F) podem ser calculados através de diversos métodos. Neste artigo, utilizou-se a análise de componentes principais (PCA)³, sendo que os primeiros componentes são usados como cargas fatoriais a_{ij} provisórias.

Os fatores provisórios são determinados a partir da técnica dos PCA, tendo-se a seguinte equação:

$$\begin{matrix} Z_1 = b_{11}X_1 + b_{12}X_2 + \dots + b_{1p}X_p \\ \vdots \\ \vdots \end{matrix}$$

$$Z_p = b_{p1}X_1 + b_{p2}X_2 + \dots + b_{pp}X_p$$

onde os valores b_{ij} são dados pelos *eigenvectors* da matriz de correlação. Esta transformação de X valores para Z valores é ortogonal, uma vez que a relação inversa é dada por:

$$\begin{matrix} X_1 = b_{11}Z_1 + b_{21}Z_2 + \dots + b_{p1}Z_p \\ \vdots \\ \vdots \end{matrix}$$

$$X_p = b_{1p}Z_1 + b_{2p}Z_2 + \dots + b_{pp}Z_p$$

Na análise fatorial somente os primeiros componentes principais (com maior peso explicativo) devem ser mantidos. A última equação torna-se, portanto:

$$\begin{matrix} X_1 = b_{11}Z_1 + b_{21}Z_2 + \dots + b_{m1}Z_m + e_1 \\ \vdots \\ \vdots \end{matrix}$$

$$X_p = b_{1p}Z_1 + b_{2p}Z_2 + \dots + b_{mp}Z_m + e_p$$

Os componentes principais Z_1, Z_2, \dots, Z_m devem ter variância um. Assim, Z_1 deve ser dividido por seu desvio padrão, $\sqrt{\lambda_i}$, (a raiz quadrada do *eigenvalue* correspondente na matriz de correlação). A equação torna-se:

$$\begin{matrix} X_1 = \sqrt{\lambda_1} b_{11}F_1 + \sqrt{\lambda_2} b_{21}F_2 + \dots + \sqrt{\lambda_m} b_{m1}Z_m + e_1 \\ \vdots \\ \vdots \end{matrix}$$

$$X_p = \sqrt{\lambda_1} b_{1p}F_1 + \sqrt{\lambda_2} b_{2p}F_2 + \dots + \sqrt{\lambda_m} b_{mp}Z_m + e_p$$

onde $F_1 = Z_1 \sqrt{\lambda_1}$.

O modelo fatorial com fatores provisórios é:

$$\begin{matrix} X_1 = a_{11}F_1 + a_{12}F_2 + \dots + a_{1m}F_m + e_1 \\ \vdots \\ \vdots \end{matrix}$$

$$X_p = a_{p1}F_1 + a_{p2}F_2 + \dots + a_{pm}F_m + e_p$$

onde X_i é o i -ésimo teste *score* com média zero e variância um; $a_{i1}, a_{i2}, \dots, a_{im}$ são as cargas fatoriais para o i -ésimo teste; F_1, F_2, F_m são fatores não correlacionados (com média zero e variância um); e e_i é um fator específico apenas para o i -ésimo teste e que não é correlacionado com nenhum dos fatores, além de ter média zero.

Com este modelo assume-se que a matriz de covariância é dividida em duas partes, sendo que a primeira representa a variância explicada pelo modelo e a segunda representa a variância não explicada. Assim, tem-se:

$\text{var}(X_i) = 1 = a_{i1}^2 \text{var}(F_1) + a_{i2}^2 \text{var}(F_2) + \dots + a_{im}^2 \text{var}(F_m) + \text{var}(e_i) = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{im}^2 + \text{var}(e_i)$, onde $a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{im}^2$ são chamados comunalidades de X_i (a proporção de sua variância que é explicada pelos fatores comuns, isto é, pelas outras variáveis), enquanto $\text{var}(e_i)$ é chamada a especificidade de X_i (a parte de sua variância que não é explicada pelos fatores comuns).

Posteriormente procede-se à rotação dos fatores. Neste processo, os fatores iniciais

³ A descrição do método de Componentes Principais pode ser vista em Mingoti (2005).

(provisórios) são modificados visando encontrar novos fatores que tornem mais fáceis a interpretação dos resultados. A rotação dos fatores pode ser ortogonal ou oblíqua. No primeiro caso, os novos fatores não são correlacionados, enquanto que no segundo caso os novos fatores são correlacionados. Neste artigo, foi utilizado um método de rotação ortogonal denominado Varimax, que mantém a ortogonalidade entre os fatores (fatores não correlacionados) e minimiza a quantidade de variáveis com altos pesos num fator. Após a rotação, a equação assume a seguinte forma:

$$X_1 = g_{11}F^*_1 + g_{12}F^*_2 + \dots + g_{1m}F^*_m + e_1$$

⋮

$$X_p = g_{p1}F^*_1 + g_{p2}F^*_2 + \dots + g_{pm}F^*_m + e_p$$

onde F^*_i representa o novo fator. Os fatores originais F_i são determinados por uma combinação linear das “x” variáveis observadas. Da mesma forma, os novos fatores também podem ser expressos como uma combinação linear das x variáveis, o relacionamento sendo dado na matriz de forma $F^* = (G'G)^{-1}G'X$, onde $(F^*) = (F^*_1, F^*_2, F^*_m)$, $X' = (X_1, X_2, \dots X_p)$, e G é a matriz $p \times m$ das cargas fatoriais.

Dois testes foram aplicados: o teste de Kaiser-Meyer-Olkin, com o objetivo de verificar a consistência dos dados originais, para a aplicabilidade da técnica; e o teste de esferecidade de Bartlett, que indica se a matriz de correlação é uma matriz identidade ou não.

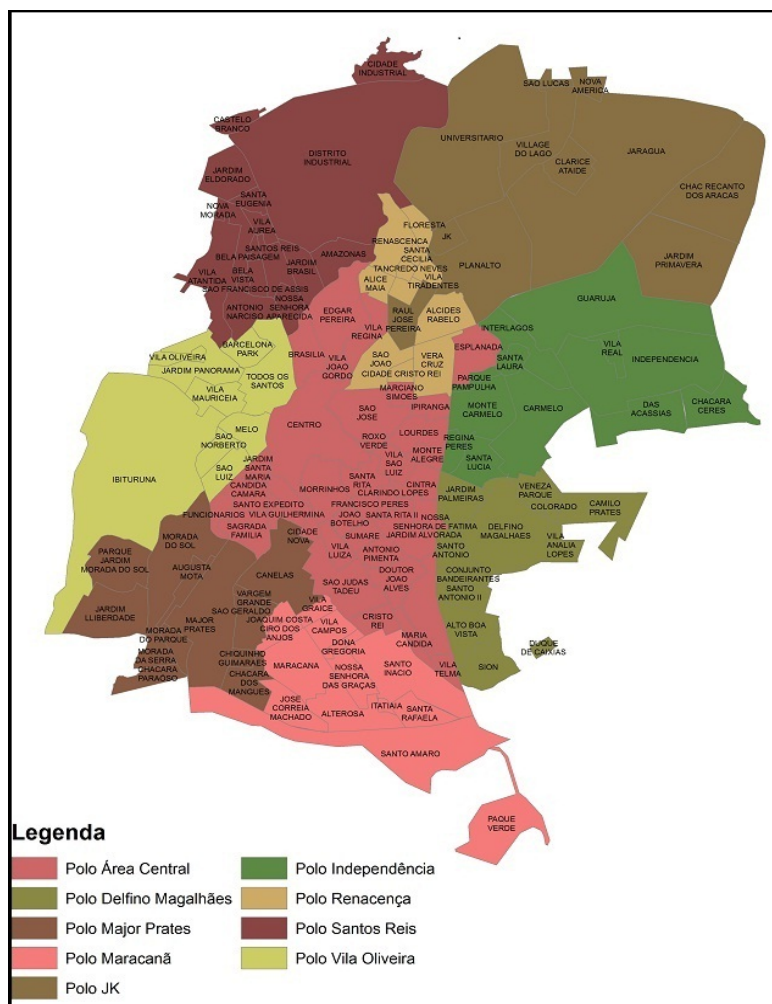
4. Resultados

4.1. Análise descritiva: variáveis componentes do IDF

A pesquisa foi realizada junto à população pobre do município e aos técnicos da intervenção social, nos vários bairros dos territórios delimitados para fins de planejamento, como mostra a FIG. 1. São nove territórios intra-urbanos e um rural. Em cada um deles existe um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que constitui a porta de entrada para o acesso às políticas sociais de caráter não contributivo.

Em Montes Claros, a regionalização da saúde e da Assistência Social ocorreu em 2005, com base na identidade territorial, segundo a percepção dos moradores com o local em que se identificavam. Junto a isso, a discussão com outras instituições públicas, como a polícia militar, de modo que os limites da regionalização fossem comuns. Os CRAS foram criados com base nessa estrutura. A idéia era que cada setor fizesse um diagnóstico da Rede Sócio-assistencial no território de abrangência, de modo a confrontar a oferta dos serviços existentes com a demanda das populações, o que resultaria em prestação de serviços interligados. Com isso, se esperava criar um sistema que operasse em rede de forma complementar e com base na complexidade das situações, no enfrentamento dos problemas sociais, sejam das vulnerabilidades que demandam proteção básica; ou dos riscos sociais, que requerem proteção especial de média e alta complexidade.

Figura 1: Delimitação dos Bairros e Territórios para o planejamento da intervenção social. Montes Claros – MG



Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e Novembro de 2010.

No IDF, a dimensão *vulnerabilidade* é avaliada por sua ausência, considerando seis componentes como fecundidade, cuidados com as crianças, adolescentes e jovens, cuidados com idosos, dependência econômica; presença da mãe no domicílio, ausência de desvantagem física e ausência de desvantagem social. No cômputo total da amostra, 57,25% dos domicílios possuíam crianças de até 11 anos, 48,88% contavam com adolescentes de 12 a 17 anos e apenas 10,4% com idosos, sendo que 16,7% tinham pessoas com deficiência ou doença grave. Em 64,18% das famílias havia presença do cônjuge e em 90,08% havia a presença da mãe no domicílio.

No que refere ao *acesso ao conhecimento*, os componentes dessa dimensão são analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional. Nos domicílios pesquisados havia uma proporção elevada de adultos sem escolaridade (16,48%) e de adultos com menos de quatro anos de estudo (37,31%). Em 45,99% dos domicílios havia algum membro com ensino médio completo e em 12,62% com qualificação profissional na área em que atuava.

A dimensão *acesso ao trabalho* inclui os componentes disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração. A presença de membros em idade ativa ocupados conta positivamente no índice assim como a existência de trabalhadores empregados há mais de seis meses no trabalho atual, no setor formal, em atividades não-agrícolas e com rendimentos superiores a um salário mínimo. Na amostra, aproximadamente 65% dos entrevistados estavam em idade ativa e destes, 53,39% estavam no mercado de trabalho. Do total de trabalhadores no

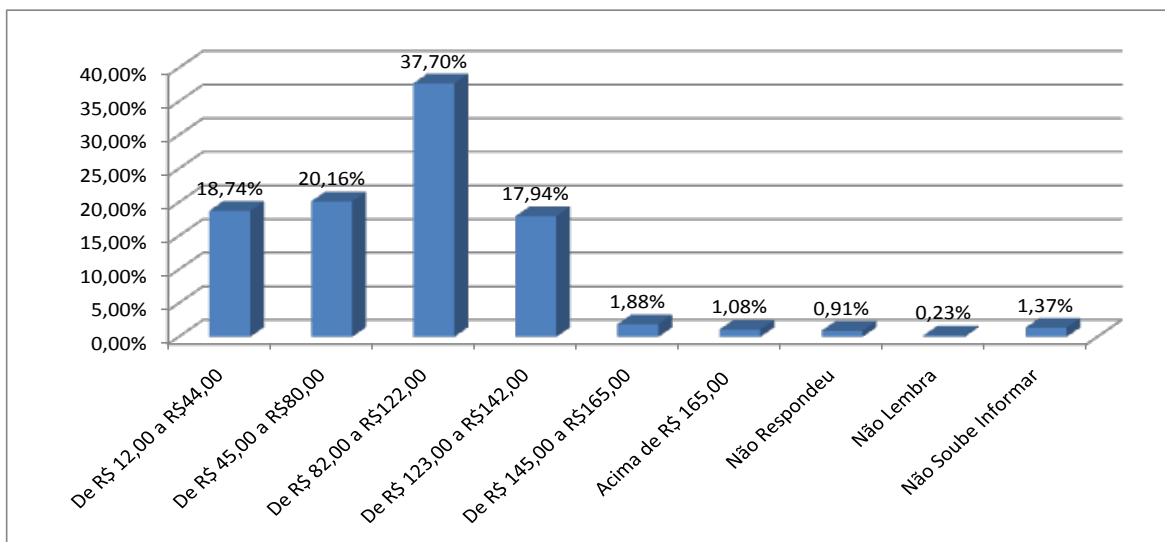
Mercado de Trabalho, 38,03% encontravam-se no mercado formal, enquanto 61,97% estavam ocupados em atividades informais, por conta própria e para terceiros. Com relação aos membros das famílias, 65,68% dos chefes estavam trabalhando, e 31,5% dos cônjuges e 39,63% dos filhos também estavam no mercado de trabalho; cerca de 20% tinham algum parente que trabalhava e em 48,15% dos domicílios existia algum agregado no mercado de trabalho. Verificou-se também que em 49% dos domicílios tinha algum membro da família que trabalhava há mais de seis meses no mesmo emprego. Cumpre destacar a alta proporção de domicílios com nenhum membro que estava há mais de seis meses no mesmo emprego (46,21%). Mais de 60% dos chefes de família que estavam inseridos no mercado de trabalho no último ano trabalhavam na informalidade (sem carteira assinada ou por conta própria). Para os cônjuges, esse percentual correspondeu a quase 70%. Dos membros da família, os maiores percentuais dos que trabalhavam com carteira assinada foram para as categorias Outro (54,55%) e Agregado (45,45%). Entre os membros que trabalhavam sem carteira assinada, o maior percentual foi observado para os filhos (43,96%). De uma forma geral, os dados revelam a precariedade das condições de trabalho dos membros das famílias entrevistadas, expressa pelo alto percentual de membros trabalhando no setor informal.

A dimensão *disponibilidade de recursos* é avaliada segundo a proporção da renda familiar *per capita* e participação das transferências na renda. Quanto maior o número de pessoas em situação de extrema pobreza, menor o valor do índice. Quanto maior a capacidade de geração de renda, sem dependência das transferências, maior o valor. A linha de corte entre pobreza e extrema pobreza do MDS, determinada por decreto em 2004 e utilizada como referência até a presente data de realização do estudo, inclui o intervalo de R\$70,00 a R\$140,00, sendo a de extrema pobreza inferior a R\$70,00 por pessoa/mês. A literatura aponta que qualquer valor será sempre arbitrário, dadas as diferenças de necessidades, preferências, preços, grau de monetarização da economia, entre outros aspectos. Tendo-se em conta tais limites, a linha pode ser utilizada com moderação por se constituir um parâmetro utilizado universalmente nos estudos sobre as condições de vida.

A participação das transferências sociais na renda das famílias é um dado relevante. No Brasil, segundo IBGE em 2009, a participação da renda proveniente do trabalho era da ordem de 76,2%, das aposentadorias e pensões 18,8% e outras fontes 5%. Para as famílias pobres, o que diferencia do cômputo total refere à participação das aposentadorias/pensões e de outras rendas, com menor participação da renda das aposentadorias (14%) e maior das outras fontes (10,7%), incluindo aí as transferências não contributivas. A diferença mais marcante está na composição da renda das famílias em extrema pobreza com proporção menor da renda do trabalho (66,2%), maior percentagem de outras fontes (28%), e diminuta participação das aposentadorias e pensões (5,8%). Para as famílias entrevistadas de Montes Claros, observou-se uma maior participação da renda do trabalho na renda total das famílias. Os dados mostraram que 77,60% da renda das famílias advêm do trabalho e que 21,62% são provenientes das transferências sociais.

O GRAF. 1 mostra o valor mensal das transferências do Programa Bolsa Família. Nota-se que 37,70% das famílias recebiam mensalmente um valor entre R\$82,00 a R\$122,00. E aproximadamente 20,16% recebiam um valor entre R\$45,00 a R\$80,00. Menos de 3% recebiam valores superiores a R\$145,00 por mês.

Gráfico 1: Valor Recebido pelas Famílias do Programa Bolsa Família, Montes Claros-MG



Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

A TAB. 1 apresenta os dados por território intra-urbano e para o rural acerca da proporção de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e as que estavam acima da linha de pobreza estipulada pelo MDS, sem as transferências e com as transferências sociais. Na primeira parte da tabela, nota-se que a proporção pessoas em extrema pobreza é muito elevada antes e mesmo após a transferência, isso sem considerar que a linha estipulada já é muito baixa. O território do Maracanã foi o que mais reduziu relativamente a extrema pobreza com as transferências, em quase 55%. O território Independência foi o que menos reduziu (28,10%), ainda assim está um ponto percentual acima da redução média estimada por Medeiros (2007), para o Brasil. De modo geral, é significativa a redução da pobreza extrema após as transferências sociais, a despeito de continuar ainda em patamar elevado. Parcela significativa de pessoas migra da situação de extrema pobreza para a situação de pobreza, após as transferências. A segunda parte da tabela (Pobreza) revela uma grande proporção de pobres, em todos os territórios do município, antes das transferências sociais. Após o recebimento dos benefícios sociais, observou-se uma redução no percentual de pobres, de forma mais acentuada nos territórios do Major Prates e Santos Reis (linha MDS) e aumento da situação na maior parte dos territórios, devido à migração de pessoas em extrema pobreza para a pobreza. Finalmente, a última parte da tabela (Acima da linha de pobreza) mostra que, após as transferências, é significativo o número de pessoas que migra da pobreza para a linha acima desse patamar, o que poderia constituir o indício de uma possível porta de saída.

Tabela 1: Capacidade das transferências sociais em reduzir as situações de pobreza, por território.

Pólos	Extrema Pobreza (%)					
	Linha MDS - Decreto Bolsa Família			Linha com base SM de R\$510,00		
	Porcentagem antes das transferências sociais	Porcentagem após transferências	Variação	Porcentagem antes das transferências sociais	Porcentagem após transferências	Variação
CAF	44,66	27,18	-39,13	67,96	49,51	-27,14
Delfino	27,41	16,24	-40,74	58,38	39,09	-33,04
Independência	34,38	24,72	-28,10	63,35	48,01	-24,22

JK/Village	38,14	21,79	-42,86	62,82	43,59	-30,61
Major Prates	32,62	17,60	-46,05	63,09	39,48	-37,41
Maracanã	35,77	16,26	-54,55	67,89	48,19	-29,01
Renascença	44,55	27,72	-37,78	72,28	58,42	-19,18
Santos Reis	33,11	17,22	-48,00	58,28	36,75	-36,93
Vila Oliveira	36,12	19,38	-46,34	67,84	46,70	-31,17
Rural	62,84	39,89	-36,52	85,25	73,22	-14,10
Sem informar Território	60,00	46,67	-22,22	86,67	80,00	-7,69
Total	37,65	22,02	-41,52	65,61	46,98	-28,39

Pobreza (%)

Pólos	Linha MDS - Decreto Bolsa Família			Linha com base SM de R\$510,00		
	Porcentagem		Variação	Porcentagem		Variação
	antes das transferências sociais	Porcentagem após transferências		antes das transferências sociais	Porcentagem após transferências	
CAF	25,24	28,16	11,57	28,16	41,75	48,26
Delfino	32,49	36,55	12,50	29,95	42,64	42,37
Independência	31,53	35,80	13,54	28,98	39,49	36,27
JK/Village	26,28	27,56	4,87	26,60	40,38	51,80
Major Prates	33,91	25,75	-24,06	24,46	40,77	66,68
Maracanã	39,43	38,62	-2,05	28,05	42,57	51,76
Renascença	30,69	34,65	12,90	19,80	30,69	55,00
Santos Reis	28,15	24,50	-12,97	29,47	43,38	47,20
Vila Oliveira	37,89	37,44	-1,19	25,55	41,85	63,80
Rural	23,50	35,52	51,15	13,66	22,40	63,98
Sem informar Território	26,67	33,33	24,97	13,33	13,33	0,00
Total	31,18	32,23	3,37	26,11	39,19	50,10

Acima da Linha da Pobreza (%)

Pólos	Linha MDS - Decreto Bolsa Família			Linha com base SM de R\$510,00		
	Porcentagem		Variação	Porcentagem		Variação
	antes das transferências sociais	Porcentagem após transferências		antes das transferências sociais	Porcentagem após transferências	
CAF	30,10	44,66	48,39	3,88	8,74	125,00
Delfino	40,10	47,21	17,72	11,68	18,27	56,52
Independência	34,09	39,49	15,83	7,67	12,50	62,96
JK/Village	35,58	50,64	42,34	10,58	16,03	51,52
Major Prates	33,48	56,65	69,23	12,45	19,74	58,62
Maracanã	24,80	45,12	81,97	4,07	9,24	127,23
Renascença	24,75	37,62	52,00	7,92	10,89	37,50
Santos Reis	38,74	58,28	50,43	12,25	19,87	62,16
Vila Oliveira	25,99	43,17	66,10	6,61	11,45	73,33
Rural	13,66	24,59	80,00	1,09	4,37	300,00
Sem informar Território	13,33	20,00	50,00	0,00	6,67	0,00
Total	31,18	45,75	46,75	8,28	13,83	67,02

Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

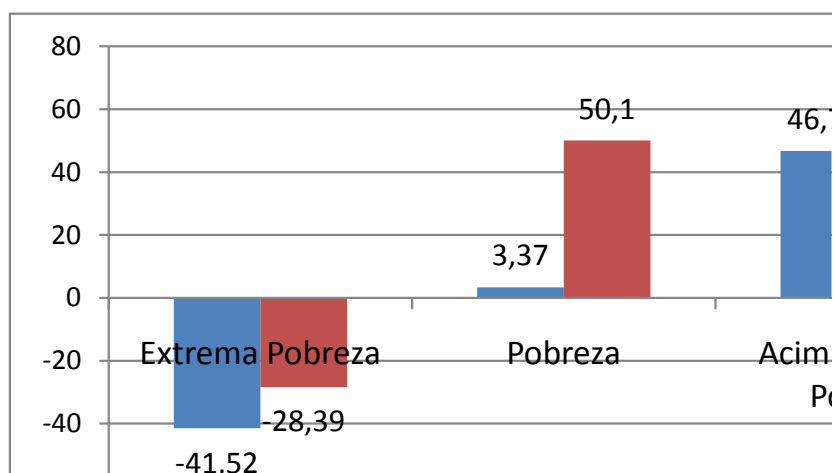
É importante ressaltar que os resultados analisados levam em consideração a linha de pobreza definida pelo MDS. Considerando-se a linha de pobreza baseada no SM, a proporção de pessoas pobres e em situação de extrema pobreza é bem maior, enquanto a proporção de pessoas acima da linha de pobreza é bem menor.

As transferências sociais, além de aliviar as dificuldades financeiras na satisfação das necessidades básicas, especialmente alimentação, contribui para dinamizar a economia local,

visto que 62% dos entrevistados que recebem o benefício informaram gastar os recursos no próprio bairro em que mora. Apenas 2% informaram gastar em outra cidade.

Por meio do GRAF. 2 pode-se observar o impacto das transferências sociais na redução da pobreza em Montes Claros, segundo as linhas do MDS e com base no valor do salário mínimo vigente em 2010. Nota-se efeito positivo na redução da extrema pobreza; 41,52 pontos percentuais pela linha do MDS e 28,39 pontos percentuais pela linha cuja referência é o salário mínimo. Observa-se aumento no contingente de pessoas dentro da linha da pobreza, com variação positiva. Os dados mostram ainda o poder dos benefícios em tirar uma parcela das pessoas da situação de pobreza.

Gráfico 2: Efeito das Transferências Sociais nas situações de Pobreza e Extrema Pobreza com base nas Linhas do MDS e do Salário Mínimo



Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

Na dimensão *desenvolvimento infantil*, é avaliada a existência de trabalho precoce, a partir de variáveis que consideram o trabalho infantil, o acesso à escola, progresso escolar e mortalidade infantil. Embora baixa a proporção, existiam crianças ou adolescentes trabalhando (2,05%); constatou-se também a existência de crianças ou adolescentes fora da escola (10,67%) e com dois ou mais anos de atraso escolar (5,47%).

As *condições habitacionais* são analisadas tendo-se em vista o conceito mais amplo de *habitat*. Os componentes desse sub-índice consideram a propriedade, o déficit habitacional, abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, a saneamento, coleta de lixo e a energia elétrica e a existência de bens de consumo durável no domicílio.

4.2. O IDF

O IDF (e suas seis dimensões) foi estimado para cada território do CRAS, com base nas informações socioeconômicas das famílias de Montes Claros, que fizeram parte da amostra. Na TAB. 2 é apresentado o resultado do IDF para a totalidade das famílias entrevistadas (3.216), segundo os respectivos CRAS em que elas estão cadastradas. Na primeira coluna temos o valor do indicador sintético para os dez territórios do município, bem como para Montes Claros e para Minas Gerais. É possível verificar que, na amostra, todos os territórios apresentaram um valor do IDF superior ao do município, sendo a exceção a área rural. Contudo, o indicador teve pequenas variações entre os territórios dos CRAS. Verifica-se também que ele quase não varia, quando se considera o município e o estado; e que o valor estimado para o município, com base na amostra

(0,63), está bem próximo do calculado pelo MDS (0,61). Esse resultado indica que o perfil socioeconômico das famílias componentes da amostra se aproxima do perfil socioeconômico das famílias do município, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, cadastradas no Cad-único.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF por região de Planejamento da Intervenção Social em Montes Claros – MG em 2010

Região de Planejamento M. Claros	IDF	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Disponibilidade de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Condições Habitacionais
CAF (Centro)	0,64	0,67	0,50	0,39	0,64	0,97	0,69
Delfino	0,65	0,66	0,49	0,40	0,72	0,95	0,70
Independência	0,64	0,64	0,50	0,31	0,66	0,96	0,74
JK/Village	0,62	0,66	0,41	0,38	0,64	0,93	0,70
Major Prates	0,65	0,66	0,44	0,38	0,72	0,97	0,75
Maracanã	0,66	0,65	0,47	0,37	0,74	0,97	0,73
Renascença	0,62	0,67	0,45	0,33	0,58	0,97	0,72
Santos Reis	0,65	0,68	0,46	0,38	0,72	0,94	0,72
Vila Oliveira	0,63	0,66	0,42	0,35	0,67	0,97	0,70
Rural	0,54	0,66	0,37	0,19	0,46	0,95	0,60
Montes Claros	0,63	0,66	0,45	0,35	0,66	0,96	0,71

Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

Uma análise dos subíndices revela, contudo, algumas diferenças significativas entre os territórios da área urbana, para algumas dimensões. É possível verificar certa similaridade entre os territórios em três dimensões (vulnerabilidade, desenvolvimento infantil e condições habitacionais). Porém, diferenças mais expressiva podem ser encontradas entre os territórios nas demais dimensões (acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos). No índice acesso ao conhecimento, os territórios com pior e melhor situação tem valores que variam entre 0,41 e 0,50; no índice acesso ao trabalho, esses valores variam entre 0,31 e 0,40 e; no índice disponibilidade de recursos, a variação é maior, entre 0,58 e 0,74. Assim, dos resultados obtidos, nota-se que as dimensões mais críticas são aquelas relativas às desigualdades de resultado, nos aspectos de disponibilidade de recursos e acesso ao mercado de trabalho, e a dimensão relativa à desigualdade de oportunidade, qual seja o acesso ao conhecimento.

Com base na amostra selecionada, entre os territórios urbanos, o que apresentou o melhor nível de desenvolvimento socioeconômico foi o do Maracanã, enquanto o que apresentou o pior nível de desenvolvimento foi o do JK/Village. De um lado, o território do JK/Village teve o menor valor para o subíndice acesso ao conhecimento, considerado uma dimensão “meio” para se chegar ao desenvolvimento. Por outro lado, o território do Maracanã teve o maior valor para os subíndices disponibilidade de recursos e desenvolvimento infantil, considerados dimensões “fins” do desenvolvimento (Rocha *et al*, 2006).

4.3. Análise Fatorial

Na seção anterior, foram incluídas na composição do IDF variáveis relacionadas à vulnerabilidade social das famílias. Nessa seção, a técnica de análise fatorial é aplicada às

variáveis relacionadas ao risco social e à algumas variáveis relacionadas à infra-estrutura local. As variáveis incluídas na análise são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição das variáveis incluídas na Análise Fatorial

Variáveis	Descrição
Pavimentação das ruas	Valor 1 se não tem ou é ruim, valor 2 para avaliação boa/ótima
Acesso à residência	Valor 1 se não tem ou é ruim, valor 2 para avaliação boa/ótima
Posto de saúde	Valor 1 se não tem ou é ruim, valor 2 para avaliação boa/ótima
Atendimento médico	Valor 1 se não tem ou é ruim, valor 2 para avaliação boa/ótima
Escola Ensino Fundamental	Valor 1 se não tem ou é ruim, valor 2 para avaliação boa/ótima
Escola Ensino Médio	Valor 1 se não tem ou é ruim, valor 2 para avaliação boa/ótima
Trabalho infantil	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Prostituição infantil	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Abuso sexual de menores	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Abuso sexual de mulheres	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Violência doméstica	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Uso de drogas	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Assaltos/roubos	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Homicídios	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Gangues	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe
Embriaguês/alcoolismo	Valor 1 se existe o problema; valor 2 se não existe

Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

A aplicação da técnica possibilitou a extração de cinco fatores, que explicaram cerca de 67% da variância total do modelo, conforme pode ser visto pela TAB.3. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin foi feito, visando checar a consistência dos dados originais. O seu valor foi igual a 0,798, indicando a aplicabilidade da técnica. Aos dados, aplicou-se também o teste de esferecidade de Bartlett, cujo resultado (10470,774; p-valor: 0,000) apontou a improbabilidade da matriz de correlação ser uma identidade.

Tabela 3: Autovalores e percentagem da variância explicada pelos fatores, antes e após a rotação pelo método Varimax.

Fator	Autovalores		% de variância		% acumulada	
	Antes da rotação	Após rotação	Antes da rotação	Após rotação	Antes da rotação	Após rotação
1	4,416	2,955	27,599	18,468	27,599	18,468
2	2,191	2,797	13,691	17,480	41,290	35,949
3	1,478	1,756	9,237	10,973	50,528	46,922
4	1,320	1,689	8,253	10,557	58,780	57,478
5	1,268	1,476	7,923	9,225	66,704	66,704

Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

As comunalidades para as variáveis são apresentadas na TAB. 4. Das 16 variáveis, 14 apresentaram valores para as comunalidades superiores a 0,500; ou seja, mais de 50% da

variância dessas 14 variáveis é reproduzida pelos fatores comuns. Os valores das comunalidades foram maiores que 0,700 para sete variáveis.

Tabela 4: Valores das comunalidades para as variáveis incluídas na análise

Variáveis	Comunalidades
Pavimentação das ruas	0,720
Acesso à residência	0,731
Posto de saúde	0,846
Atendimento médico	0,844
Escola Ensino Fundamental	0,875
Escola Ensino Médio	0,876
Trabalho infantil	0,475
Prostituição infantil	0,703
Abuso sexual de menores	0,623
Abuso sexual de mulheres	0,623
Violência doméstica	0,487
Uso de drogas	0,601
Assaltos/roubos	0,583
Homicídios	0,583
Gangues	0,520
Embriaguês/alcoolismo	0,583

Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

As cargas fatoriais, após a rotação pelo método Varimax, são apresentadas na TAB. 5. Os coeficientes representam o relacionamento entre cada variável e o fator correspondente. As cargas fatoriais com valores mais elevados para as variáveis estão em destaque.

Tabela 5: Cargas fatoriais, após rotação pelo método Varimax

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Pavimentação das ruas	8,217E-02	-3,462E-03	5,795E-02	,119	,834
Acesso à residência	-1,134E-02	2,454E-02	9,767E-02	1,399E-02	,849
Posto de saúde	9,853E-02	5,776E-02	6,826E-02	,901	,124
Atendimento médico	,114	4,889E-02	9,060E-02	,905	2,056E-02
Escola Ensino Fundamental	-4,070E-04	2,136E-03	,926	,102	8,077E-02
Escola Ensino Médio	6,662E-03	-1,977E-02	,930	5,615E-02	8,781E-02
Trabalho infantil	8,586E-02	,675	2,067E-02	7,095E-02	-7,603E-02
Prostituição infantil	,159	,822	-1,507E-03	-6,830E-03	4,967E-02
Abuso sexual de menores	,188	,765	-2,584E-02	3,395E-02	2,621E-02
Abuso sexual de mulheres	,273	,739	-4,360E-03	8,171E-03	3,032E-02
Violência doméstica	,361	,595	-1,916E-02	4,357E-02	3,380E-02
Uso de drogas	,750	,185	-1,601E-02	3,819E-02	-4,814E-02
Assaltos/roubos	,747	,136	5,193E-02	5,956E-02	3,376E-02
Homicídios	,730	,208	1,215E-02	8,203E-02	-1,634E-02
Gangues	,684	,221	-5,364E-02	2,187E-02	2,087E-02
Embriaguês/alcoolismo	,729	,167	1,769E-02	9,061E-02	,120

Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e novembro de 2010.

Nota: Extração pelo Método de Componentes Principais. Rotação pelo Método Varimax.

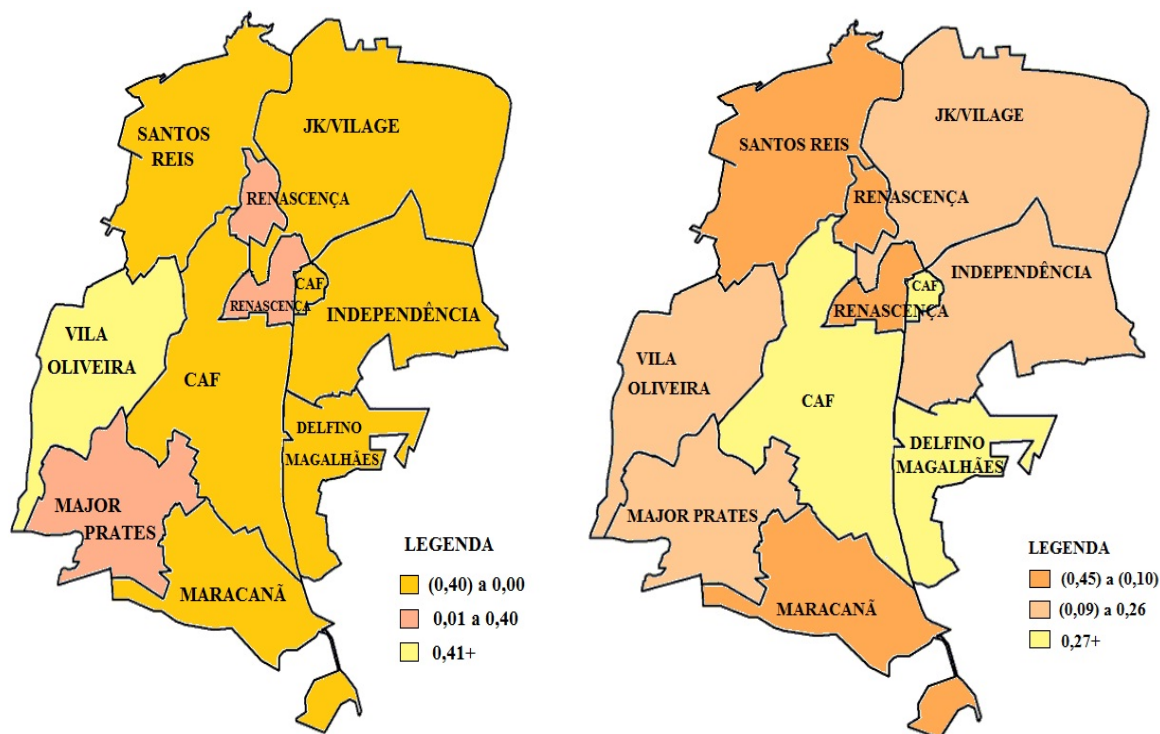
Os resultados indicam que:

- i) O fator 1, que representa aproximadamente 18,5% da variância total do modelo, possui cinco variáveis com cargas fatoriais entre 0,68 e 0,75: uso de drogas, assaltos/roubos, homicídios, gangues e embriaguês/alcoolismo. Devido à essa composição, ele pode ser identificado como “crimes contra o patrimônio/pessoas e vícios”.
- ii) O fator 2, que representa cerca de 17,5% da variância explicada, possui cinco variáveis com cargas fatoriais entre 0,59 e 0,87: trabalho infantil, prostituição infantil, abuso sexual de menores, abuso sexual de mulheres e violência doméstica. Em função dessa composição, o fator pode ser identificado como “crimes contra crianças e mulheres”.
- iii) O fator 3 representa quase 11% da variância explicada, e possui duas variáveis com cargas fatoriais elevadas: Escolas do ensino fundamental e Escolas do nível médio. Ele pode ser identificado como “oferta de serviços educacionais”. As demais variáveis que compõem o fator tem cargas fatoriais muito baixas.
- iv) No fator 4, que também responde por cerca de 11% da variância total, destacam-se as variáveis posto de saúde e atendimento médico, que apresentam cargas fatoriais superiores a 0,90. Esse fator pode ser chamado de “oferta de serviços de saúde”.
- v) Finalmente, o fator 5 responde por aproximadamente 9% da variância total do modelo. Nele, há destaque para as variáveis pavimentação das ruas e acesso às residências, cujas cargas fatoriais ficaram acima de 0,80, permitindo que ele seja identificado como “infra-estrutura básica”.

Os fatores 1 e 2, associados ao risco social, explicaram aproximadamente 36% da variância total do conjunto de variáveis analisadas. Dessa forma, é possível inferir que a Técnica de Análise Fatorial permitiu a identificação dos principais fatores que deverão ser alvo de intervenção política, tendo por objetivo, principalmente, a redução dos riscos sociais nos territórios.

Os escores fatoriais gerados pela Análise fatorial foram utilizados para ordenar os territórios do município, segundo a situação de risco social e infra-estrutura. A classificação estabelecida permitiu a identificação de territórios em melhor situação, situação intermediária e pior situação, com relação aos problemas analisados. Na legenda, a melhor situação é representada por valores mais elevados (cor mais clara) e a pior situação por valores mais baixos (cor mais escura). Os resultados dessa ordenação são apresentados nas figuras seguintes.

Figura 2: Posição dos territórios de intervenção social, segundo a situação de crimes contra patrimônio/pessoas e vícios; e de crimes contra crianças/mulheres, respectivamente, Montes Claros-MG

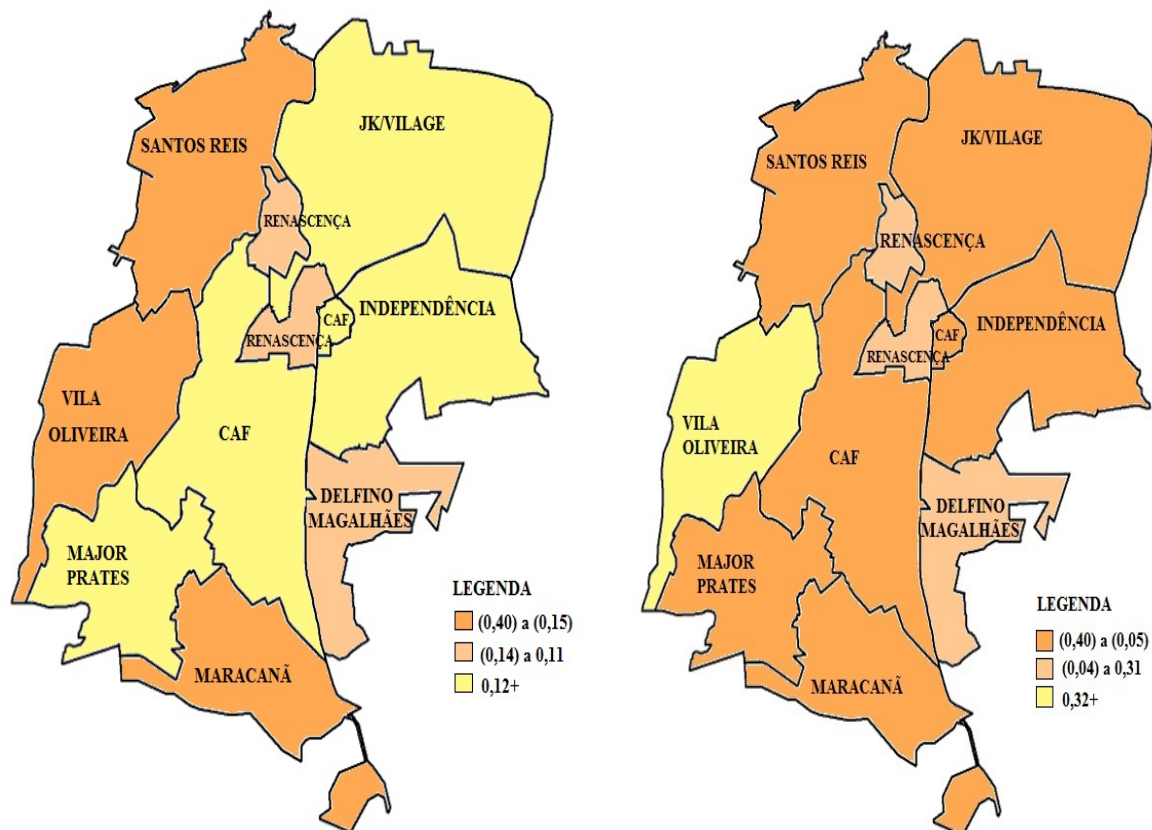


Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e Novembro de 2010.

Verifica-se, na figura acima, que os riscos associados aos crimes contra a pessoa e patrimônio e ao vício das drogas e do álcool são predominantes na maioria dos territórios do município. Verifica-se também que os crimes contra as crianças e mulheres predominam nos territórios do Maracanã, Renascença e Santos Reis.

Na FIG. 3 é apresentada a situação dos territórios, com relação à educação e à saúde.

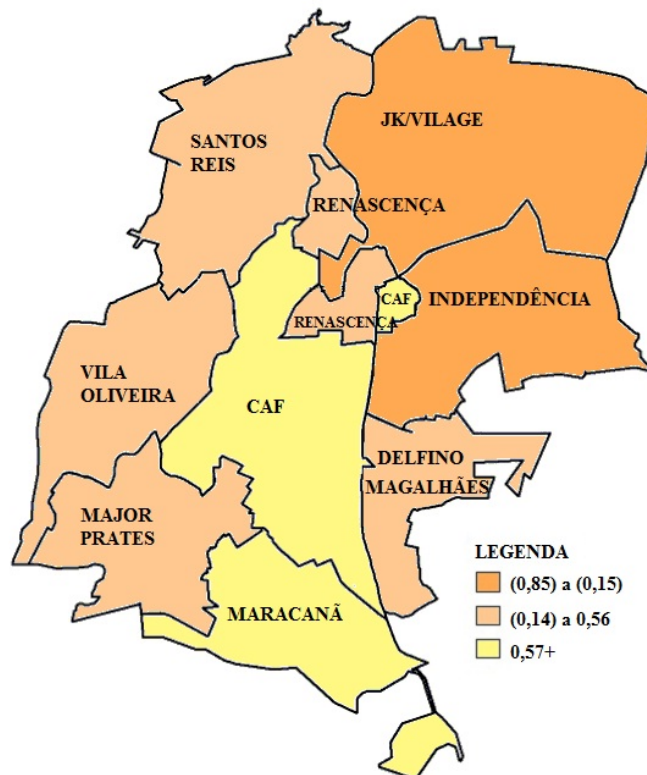
Figura 3: Posição dos territórios de intervenção social, segundo a situação de oferta de serviços educacionais e serviços de saúde, respectivamente, Montes Claros-MG



Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e Novembro de 2010.

De acordo com a FIG. 3 os territórios do Maracanã, Santos Reis e Vila Oliveira se destacam por apresentar a pior situação com relação às escolas de ensino fundamental e médio. Com relação aos serviços de saúde (postos de saúde e atendimento médico), grande parte dos territórios se encontra numa situação ruim, indicando a inexistência do serviço ou oferta deficiente. Mais uma vez, o Maracanã e o Santos Reis estão entre os territórios com a pior situação nesse quesito.

Figura 4: Posição dos territórios de intervenção social, segundo a situação de infraestrutura, Montes Claros-MG



Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre Junho e Novembro de 2010.

Na FIG. 4, ao contrário do que foi observado anteriormente, o território do Maracanã se destaca por ter uma boa infraestrutura (pavimentação de ruas e acesso às residências), juntamente com o CAF (Centro). As piores situações foram observadas para os territórios do Independência, Renascença e JK/Village.

Conclusões

O enfrentamento das desigualdades sociais continua a ser um dos maiores desafios das políticas públicas nesta segunda década do século XXI. Entre as desigualdades, as disparidades no acesso a recursos e serviços públicos entre segmentos de alta/baixa renda, expressas nas situações de pobreza e vulnerabilidade social. O sistema capitalista é, por sua natureza, gerador de desigualdades. Isto não significa que situações de pobreza e de vulnerabilidades não possam ser reduzidas ou erradicadas. Nas últimas décadas, houve uma melhoria aparente no comportamento de indicadores sociais e econômicos. No entanto, o hiato entre ricos/pobres, empregados/desempregados aprofundou e se tornou mais complexo e menos visível. O olhar sobre o território permite observar a estratificação social presente nas sociedades e como essas desigualdades se manifestam no cotidiano da população, na forma de carências multifacetárias e os esforços (ou não) do poder público em redistribuir ativos, possibilitar o acesso a serviços e promover as oportunidades e capacidades das pessoas.

Entre as várias dimensões componentes do índice IDF, o estudo destacou o acesso aos recursos e mostrou que mesmo após as transferências, ainda é muito alto o percentual de pessoas que permanece na situação de pobreza (86,17%). Ou seja, as transferências sociais reduziram em

apenas 6,05 pontos percentuais a pobreza. O estudo decompõe os dados em pobreza e extrema pobreza e ao fazer isso, revela que as transferências são mais importantes do que aparentam por reduzir a intensidade da pobreza. Eles constituem a renda regular para a maior parte das famílias que se encontram no mercado informal, com rendimentos incertos. No cômputo total, o estudo aponta para o efeito positivo na redução da extrema pobreza, 41,52 pontos percentuais pela linha do MDS e 28,39 pontos percentuais pela linha com base no salário mínimo de 2010.

Nota-se um aumento no contingente de pessoas dentro da linha da pobreza, com variação positiva qualquer que seja a linha de corte adotada. Os dados mostram ainda o poder dos benefícios em retirar parcela da população da situação de pobreza. As transferências sociais contribuem para dinamizar a economia local dado que 62% dos entrevistados que receberam o benefício informaram gastar os recursos no próprio bairro em que moram.

A análise fatorial permitiu identificar grandes problemas sociais nos territórios analisados. Medidas de enfrentamento aos crimes contra a pessoa (homens, mulheres e crianças) e aos vícios do álcool e das drogas se fazem necessárias, no sentido de reduzir as situações de riscos sociais territorializadas. Investimentos em infraestrutura básica, saúde e educação também são fundamentais, tendo em vista a reversão do quadro de pobreza existente no município.

De forma mais específica, se por um lado o IDF apontou o Maracanã como sendo o território com melhor nível de desenvolvimento socioeconômico, por outro lado, na Análise fatorial esse território se destacou por apresentar a pior situação, em termos de risco social. Esse resultado não é contraditório, pois nas regiões mais desenvolvidas o risco social também é mais elevado. Portanto, cabe ao poder público municipal empregar medidas de controle do risco social, neste território.

Referências

ABRAMOVAY, M; WAISSELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C.; RUA, M. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond, 2000.

BAJOIT, G. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: Casimiro Balsa, Lindomar Wessler Boneti & Marc-Henry Soulet (Org.). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional.** Ijuí, Ed. da Unijuí, 2006. p.31-102

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).** Brasília, IPEA, 2003. (TD 986)

CASTEL, R. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: Casimiro Balsa, Lindomar Wessler Boneti & Marc-Henry Soulet (Org.). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional.** Ijuí, Ed. da Unijuí, 2006.

IPEA. **Perspectivas da Políticas Social no Brasil.** Brasília, IPEA, 2010.

KOGA, D. e NAGANO, K. **Perspectivas Territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras.** In: ABONG. A Abong nas. Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social. São Paulo, Cadernos Abong. 2005.

MEDEIROS, M; BRITTO, T; SOARES, F.: Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP** no.79 São Paulo. 2007. p. 5-21

SPOSATI, A. Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil. In: **XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Buenos Aires, Argentina, 4 – 7 nov. 2008.